



**EDITAL
VERTICALIZADO
ENAM**

EXAME NACIONAL DA MAGISTRATURA

COMPLETO

Clique no item para ser
direcionado à página
correspondente 



04 DÚVIDAS FREQUENTES



05 DADOS SOBRE O EXAME



06 CRONOGRAMA



07 MATÉRIAS VERTICALIZADAS



07 Direito Constitucional



12 Direito Administrativo



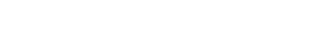
18 Noções Gerais de Direito e Formação Humanística



22 Direitos Humanos



23 Direito Processual Civil



30 Direito Civil



35 Direito Empresarial



38 Direito Penal

ENAM | 1.0/2025

EXAME NACIONAL DA MAGISTRATURA

Apresentamos o Edital Verticalizado SG para o ENAM 1.0|2025!

Separamos e ordenamos todos os pontos do edital para que você possa organizar seus estudos, acompanhar seu progresso e possa focar nas áreas que exigem mais atenção.

Esta **VERSAO COMPLETA** traz os grifos dos professores do MÉTODO SG - eles indicam os temas que merecem atenção para estudar e revisar - em todas as disciplinas para direcionar seus estudos com o que realmente importa - toda a orientação foi elaborada por profissionais altamente qualificados.

O EDITAL VERTICALIZADO SG é uma das ferramentas que compõem o curso do MÉTODO SG do Santo Graal Jurídico. Neste arquivo constam INFORMAÇÕES REFERENTES À ÚLTIMA PROVA APLICADA. O CONTEÚDO SERÁ ATUALIZADO ASSIM QUE O NOVO EDITAL FOR PUBLICADO

Dúvidas frequentes

**INFORMAÇÕES REFERENTES À ÚLTIMA PROVA APLICADA
CONTEÚDO SERÁ ATUALIZADO ASSIM QUE NOVO EDITAL FOR PUBLICADO**

Quem elabora as questões?

Item do contrato da FGV: 2.12.3. O banco de questões será elaborado pela CONTRATADA e compartilhado com a comissão designada pela ENFAM, que poderá solicitar inclusões, exclusões e alterações.

Qual a pontuação mínima necessária para a habilitação?

Será considerada habilitada a pessoa que obtiver, no mínimo, 56 acertos nas questões (correspondentes a 70% do total) do conjunto dos ramos de conhecimento e, no caso de pessoa autodeclarada negra ou indígena, no mínimo, 40 acertos nas questões (correspondentes a 50% do total).

Há número mínimo de acertos por ramo do conhecimento?

Não! Apenas o mínimo exigido acima.

04

Qual é a validade do certificado?

O prazo de validade do certificado é de dois anos, prorrogável uma única vez, por igual período, contado da data da emissão do certificado de habilitação pela Enfam. A prorrogação será automática, salvo justificativa fundamentada pela Direção-Geral da Enfam e aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Quantos exames serão feitos por ano?

Em 2024 vão ocorrer dois. O que aponta para mais dois no próximo ano.

As pessoas negras (pretas ou pardas) ou indígena vão ser submetidas à Comissão de Heteroidentificação?

Sim! 4.5. A Comissão de Heteroidentificação do Tribunal de Justiça do Estado do domicílio da pessoa examinanda negra será responsável pela emissão do comprovante de validação dessa condição, observada a Resolução CNJ n. 541/2023.

Os PDCs tem que fazer 50%?

Não! A resolução 531/2023 do CNJ e o edital do ENAM não prevêm o mínimo de cotistas para os PCDs, ou seja, concorrem igualmente aos candidatos da ampla.

Tem que enviar foto no ato da inscrição?



Não!

EXAME NACIONAL DA MAGISTRATURA

**INFORMAÇÕES REFERENTES À ÚLTIMA PROVA APLICADA
CONTEÚDO SERÁ ATUALIZADO ASSIM QUE NOVO EDITAL FOR PUBLICADO**

Banca: FGV

Nota de corte:

70% para lista geral

50% cotas, autodeclarados negros e indígenas

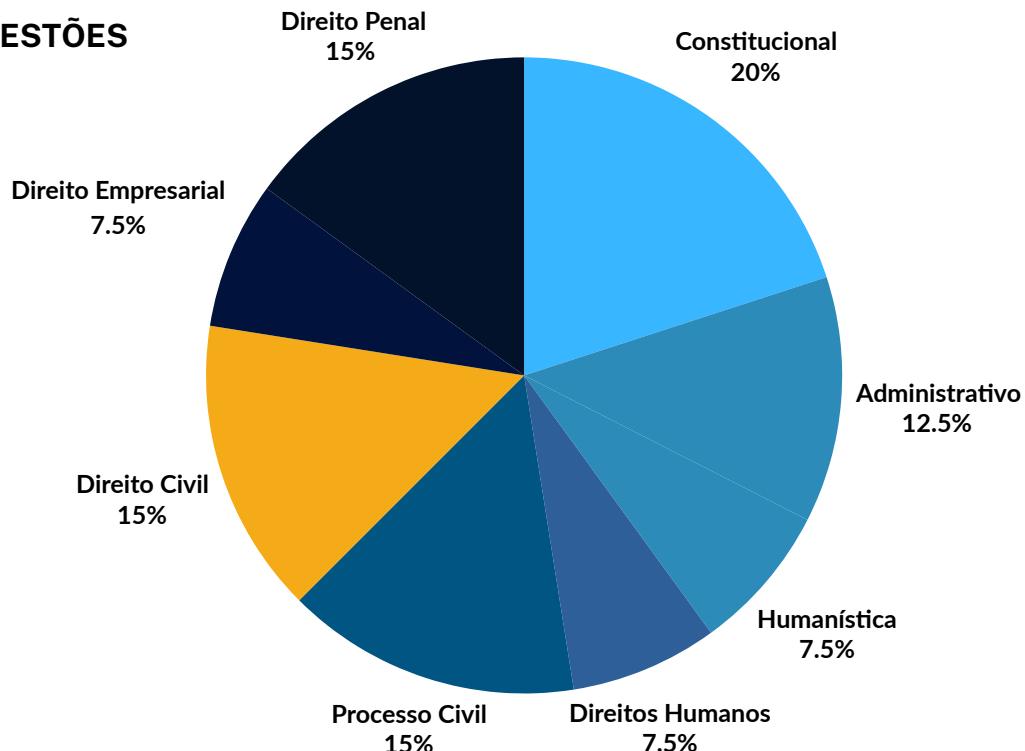
Atenção! Quem elabora as questões é a banca contratada FGV, conforme o contrato:

- 2.12.3. O banco de questões será elaborado pela CONTRATADA e compartilhado com a comissão designada pela ENFAM, que poderá solicitar inclusões, exclusões e alterações.

NÚMERO DE QUESTÕES E MATERIAS:

- 16 | Direito Constitucional (podendo ser incluídas questões de Direito Constitucional do Trabalho, Direito Constitucional Tributário e Normas Constitucionais de Processo Penal)
- 10 | Direito Administrativo
- 6 | Noções Gerais de Direito e Formação Humanística
- 6 | Direitos Humanos
- 12 | Direito Processual Civil
- 12 | Direito Civil
- 6 | Direito Empresarial
- 12 | Direito Penal

TOTAL: 80 QUESTÕES



1.0 | 2025

ATIVIDADE	DATAS PREVISTAS
Período de inscrições	Não divulgado
Aplicação da prova	Não divulgado
Publicação do gabarito preliminar da prova objetiva	Não divulgado
Publicação do resultado definitivo da prova	Não divulgado
Emissão da certificação de habilitação	Não divulgado

LOCAIS DE REALIZAÇÃO DO EXAME

Aracaju/SE

Belém/PA

Belo Horizonte/MG

Boa Vista/RR

Brasília/DF

Campo Grande/MS

Cuiabá/MT

Curitiba/PR

Florianópolis/SC

Fortaleza/CE

Goiânia/GO

João Pessoa/PB

Macapá/AP

Maceió/AL

Manaus/AM

Natal/RN

Palmas/TO

Porto Alegre/RS

Porto Velho/RO

Recife/PE, Rio

Branco/AC

Rio de Janeiro/RJ

Salvador/BA

São Luís/MA

São Paulo/SP

Vitória/ES e

Teresina/PI



Edital Verticalizado

DIREITO CONSTITUCIONAL

Charles Dietrich Wutzke,
dietrich.representacoes@gmail.com, 2025-01-29
11:11:00, SG Jurídico, https://sgjuridico.com.br

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
1. Teoria da Constituição e do Direito Constitucional. Conceito e características. A Constituição em perspectiva histórico-evolutiva. Constitucionalismo contemporâneo. Antecedentes. Neoconstitucionalismo. Estado Constitucional contemporâneo. Poder constituinte e mudança (reforma e mutação) constitucional. Emendas à Constituição.						
2. Estrutura, conteúdo e função das constituições. O preâmbulo das constituições e sua força jurídica na Constituição Federal de 1988. Disposições constitucionais permanentes e transitórias.						
3. Teoria da norma constitucional no direito constitucional brasileiro vigente. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. A norma constitucional no "tempo". Relações entre a Constituição e a ordem jurídica anterior. Aplicação das normas constitucionais no espaço: as relações com o direito estrangeiro e internacional.						
4. Interpretação constitucional. Princípios da interpretação constitucional. Princípio da unidade da Constituição. O princípio da "concordância prática" ou da "harmonização". A chamada "ponderação" no campo da interpretação constitucional. Proporcionalidade e razoabilidade como princípios e critérios de interpretação constitucional. O princípio da supremacia da Constituição. O princípio da máxima eficácia e efetividade da Constituição. O princípio da força normativa da Constituição. Princípio da interpretação das leis conforme a Constituição. Divisão e separação de Poderes.						

Charles Dietrich Wutzke,
dietrich.representacoes@gmail.com, 2025-01-29
11:11:00, SG Jurídico, https://sgjurídico.com.br

Edital Verticalizado
DIREITO CONSTITUCIONAL

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
5. Princípios fundamentais. Função, classificação e eficácia dos princípios constitucionais fundamentais. Princípio da dignidade da pessoa humana. O princípio democrático e a soberania popular. O princípio do pluralismo político. O princípio do Estado de Direito e seus subprincípios. O princípio republicano. O princípio federativo. O princípio da sustentabilidade.						
6. Teoria geral dos direitos fundamentais. Direitos humanos e direitos fundamentais: distinções e aproximações. Cláusula de abertura (expansividade) do catálogo constitucional dos direitos fundamentais. Titularidade dos direitos e garantias fundamentais. A dupla dimensão objetiva e subjetiva dos direitos e garantias fundamentais. Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas. Limites e restrições de direitos fundamentais. Direitos civis e políticos.						
7. Acesso à justiça. Devido processo legal. Contraditório e ampla defesa. Isonomia. Princípios e garantias fundamentais dos processos civil, penal e administrativo. Direito e restrições à prova. Prova ilícita e ilegítima. Contaminação de vícios. Encontro fortuito de provas. Interceptação telefônica e de dados. Prova emprestada. Aproveitamento da prova ilícita e proporcionalidade. Presunção de inocência, prisão em flagrante, temporária e preventiva. Flagrante esperado, preparado e deferido. Liberdade provisória. Medidas Cautelares.						

Charles Dietrich Wutzke,
dietrich.representacoes@gmail.com, 2025-01-29
11:11:00, SG Jurídico, https://sgjurídico.com.br

Edital Verticalizado
DIREITO CONSTITUCIONAL

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
<p>8. Direitos fundamentais sociais. O "princípio da proibição de retrocesso". A garantia do mínimo existencial. Direito à saúde, assistência e previdência sociais. Direito à alimentação, moradia, educação e lazer. O direito ao trabalho. O direito ao meio ambiente saudável e equilibrado. O direito à proteção da infância e da juventude, da maternidade e do idoso. O direito à cultura e ao patrimônio histórico-cultural. O direito à proteção dos povos originários, das pessoas negras e das pessoas com deficiência.</p>						
<p>9. Organização do Estado e da repartição de competências. O Estado Federal na Constituição de 1988 e sua estruturação (União, Estados-Membros, Distrito Federal e Territórios). Federalismo. Intervenção Federal. Repartição de competências administrativas (materiais) dos entes federativos. Aspectos gerais, competências comuns e exclusivas (indelegáveis). Competências legislativas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, comuns, concorrentes e suplementares. Competências legislativas privativas da União e sua delegação.</p>						
<p>10. Poder Legislativo. Congresso Nacional: estrutura, organização, atribuições e competências. Câmara dos Deputados e Senado Federal. Processo Legislativo. Iniciativa das leis. Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária. Tribunal de Contas da União: natureza e atribuições. Cláusulas pétreas. Natureza. Espécies.</p>						

Charles Dietrich Wutzke,
dietrich.representacoes@gmail.com, 2025-01-29
11:11:00, SG Jurídico, https://sgjurídico.com.br

Edital Verticalizado
DIREITO CONSTITUCIONAL

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
<p>11. Poder Executivo. Presidente e Vice-Presidente da República: atribuições e responsabilidades. Ministros de Estado. Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional. Administração Pública. Princípios gerais. Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Poder regulamentar. Agências reguladoras.</p>						
<p>12. Poder Judiciário. Competências e atribuições: Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral, Superior Tribunal Militar. Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, Tribunais Regionais do Trabalho e Juízes do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais e Juízes Eleitorais, Tribunais e Juízes Militares, Tribunais de Justiça e Juízes dos Estados, do Distrito Federal e Territórios. Juizados Especiais. Garantias e prerrogativas dos magistrados. O Estatuto da Magistratura. Estrutura e formação dos tribunais. Quinto constitucional. Conselho Nacional de Justiça. Autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário. Funções Essenciais à Justiça. Ministério Público. Defensoria Pública. Advocacia Pública e Privada.</p>						
<p>13. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Estado de Defesa e Estado de Sítio. Forças Armadas. Segurança Pública.</p>						

Charles Dietrich Wutzke,
dietrich.representacoes@gmail.com, 2025-01-29
11:11:00, SG Jurídico, https://sgjurídico.com.br

Edital Verticalizado
DIREITO CONSTITUCIONAL

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
<p>14. Princípios do direito tributário e da ordem econômica. Sistema tributário nacional. Tributos em espécie: noções gerais. Competência tributária: classificação, exercício da competência tributária. Capacidade tributária. Limitações constitucionais ao Poder de Tributar. Imunidade tributária, isenção e não incidência. Orçamento e finanças públicas. Repartição de receitas públicas.</p>						
<p>15. Controle de constitucionalidade (formas e tipos). Controle concentrado de constitucionalidade: ação direta de constitucionalidade, ação declaratória de constitucionalidade, ação direta de inconstitucionalidade por omissão, arguição de descumprimento de preceito fundamental. Controle difuso e incidental de constitucionalidade. Efeitos das decisões de inconstitucionalidade e de constitucionalidade. Modulação temporal de efeitos. Técnicas de decisão no controle de constitucionalidade. Controle de constitucionalidade dos direitos estadual e municipal.</p>						

Charles Dietrich Wutzke,
dietrich.representacoes@gmail.com, 2025-01-29
11:11:00, SG Jurídico, https://sgjurídico.com.br

Edital Verticalizado
DIREITO ADMINISTRATIVO

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
<p>1. Administração Pública e Constituição. Atividade administrativa e direitos fundamentais. Princípios constitucionais da atividade administrativa. Inovações da Lei n. 13.655/2018 quanto à LINDB. O método pragmático de aplicação do direito administrativo.</p>						
<p>2. Funções Públicas. Função administrativa e demais funções do Estado. As características da função administrativa. Reserva de Administração.</p>						
<p>3. Legalidade administrativa e autonomia da Administração Pública. Conceituação de legalidade administrativa. Competência administrativa. Competências vinculadas e competências discricionárias. Consensualidade no exercício das competências administrativas.</p>						
<p>4. A estrutura organizacional da Administração Pública. Pessoas jurídicas e órgãos. Órgãos públicos. Desconcentração e descentralização. Administração direta e administração indireta. Administração indireta e sua composição. Autarquias. Empresas estatais e suas espécies.</p>						
<p>5. Ato Administrativo. Conceito e regime jurídico. Elementos e requisitos. Vícios dos atos administrativos. Abuso e desvio de poder. Principais classificações dos atos administrativos.</p>						

Charles Dietrich Wutzke,
dietrich.representacoes@gmail.com, 2025-01-29
11:11:00, SG Jurídico, https://sgjurídico.com.br

Edital Verticalizado
DIREITO ADMINISTRATIVO

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
6. Regulamento administrativo. Conceito e regime jurídico. Limites da competência regulamentar. Espécies. A questão do regulamento autônomo.						
7. Processo Administrativo. Garantia constitucional. Processo administrativo e procedimento. Finalidades do processo administrativo. Lei Geral de Processo Administrativo. Regras e princípios fundamentais.						
8. Licitação pública. Disciplina constitucional. Normas gerais sobre licitação. Princípios e regras fundamentais. Lei de licitações e contratos administrativos. Contratação direta.						
9. Contratos Administrativos. Conceituação. Modalidades. Regime jurídico fundamental. A alocação dos riscos no contrato administrativo. As competências anômalas da Administração Pública. A modificação do contrato administrativo. A extinção do contrato administrativo. As garantias ao particular contratado.						
10. Poder de Polícia. Conceito e identificação. Características fundamentais. Espécies. Delegação e seus limites. Sanções administrativas.						
11. Poder de polícia e direitos reais. A função social da propriedade. Limitações administrativas à propriedade. Desapropriação e suas espécies. Requisitos para a desapropriação. Desapropriação indireta. Desapropriação amigável e desapropriação judicial. Decreto-lei n. 3.365/1941.						

Charles Dietrich Wutzke,
dietrich.representacoes@gmail.com, 2025-01-29
11:11:00, SG Jurídico, <https://sgjuridico.com.br>

Edital Verticalizado
DIREITO ADMINISTRATIVO

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
12. Serviço Público. Conceito e identificação. Serviços públicos e atividade econômica. Características fundamentais. Classificação e espécies. Serviço público adequado. Lei de defesa do usuário do serviço público (Lei n. 13.460/2017).						
13. Delegação do serviço público. Concessão e permissão de serviço público. Conceito e características básicas da concessão de serviço público. Concessão comum, concessão patrocinada e concessão administrativa. Contrato de concessão de serviço público. Remuneração do serviço público concedido. Competências do poder concedente. Direitos do concessionário. Garantias ao usuário. Regime jurídico dos bens necessários e úteis à concessão. Intervenção do poder concedente no concessionário. Extinção da concessão e suas modalidades.						
14. Exploração de atividade econômica pelo Estado. Conceito e características. Disciplina constitucional. Hipóteses de cabimento. A distinção entre exploração de atividade econômica e prestação de serviço público. A Lei n. 13.303/2016.						
15. Regulação econômico-social. Conceito e identificação. O modelo de Estado-Regulador. As agências reguladoras: conceituação e características fundamentais. A competência normativa das agências reguladoras. A Lei das Agências Reguladoras Federais (Lei Federal n. 13.848/2019). A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/2018). Limites da intervenção estatal na liberdade econômica (Lei n. 13.874/2019).						

Charles Dietrich Wutzke,
dietrich.representacoes@gmail.com, 2025-01-29
11:11:00, SG Jurídico, https://sgjurídico.com.br

Edital Verticalizado
DIREITO ADMINISTRATIVO

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
<p>16. Agentes públicos. Agente público: a teoria do órgão. Disciplina constitucional. Espécies. Agentes políticos: identificação. Militares: identificação. Servidores públicos: identificação. Empregados públicos: identificação. Agentes contratados por tempo determinado. Normas constitucionais comuns a todas as espécies de agentes. Cargos públicos e modalidades de provimento. Concurso público de provimento de cargo público. Princípios e regras constitucionais quanto ao concurso público. Regime disciplinar: princípios e regras constitucionais. Responsabilidade civil, criminal e administrativa do agente público. Aspectos constitucionais do regime de previdência do servidor público.</p>						
<p>17. Bens públicos. Regime jurídico dos bens públicos. Classificação dos bens públicos no Código Civil. Bens de titularidade dos povos originários e comunidades tradicionais e sua identificação. Fruição exclusiva de bens públicos imóveis por particulares. A concessão de bens públicos e suas modalidades. Terras devolutas e seu regime jurídico. Terrenos de marinha e seu regime jurídico.</p>						

Charles Dietrich Wutzke,
dietrich.representacoes@gmail.com, 2025-01-29
11:11:00, SG Jurídico, https://sgjurídico.com.br

Edital Verticalizado
DIREITO ADMINISTRATIVO

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
<p>18. Controle da atividade administrativa. Conceituação e espécies. Controle interno e suas características. Controle externo pelos tribunais de contas. A disciplina dos arts. 70 e 71 da Constituição Federal. Competências privativas do tribunal de contas. A natureza dos atos de controle dos tribunais de contas. Controle externo pelo Poder Judiciário. Controle pelo Poder Judiciário e a separação de poderes. Limites do controle jurisdicional de atos administrativos.</p>						
<p>19. Mandado de segurança e seu regime constitucional. Mandado de segurança individual e coletivo. Requisitos do mandado de segurança. Mandado de segurança e provimentos cautelares. Efeitos da concessão e da denegação do mandado de segurança. Ação popular e seu regime constitucional. Requisitos da ação popular. Efeitos da concessão e da denegação da ação popular. Ação civil pública e seu regime constitucional. A legitimação ativa para a ação civil pública. As hipóteses de cabimento da ação civil pública. O sancionamento por improbidade administrativa. Conceituação e hipóteses legais da improbidade administrativa. As alterações da Lei n. 14.230/2021 quanto às hipóteses de improbidade administrativa. A ação de improbidade administrativa introduzida pela Lei n. 14.230/2021. A prescrição da pretensão relativa à improbidade administrativa. A prescrição intercorrente. Prazos e regimes.</p>						

Charles Dietrich Wutzke,
dietrich.representacoes@gmail.com, 2025-01-29
11:11:00, SG Jurídico, https://sgjurídico.com.br

Edital Verticalizado

DIREITO ADMINISTRATIVO

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
<p>20. Responsabilidade civil do Estado. Regime constitucional da responsabilidade civil do Estado. A questão da responsabilidade objetiva e seus limites. Causas excludentes e atenuantes. A responsabilidade civil do Estado por atos legislativos e jurisdicionais, inclusive por erro judiciário. A reparação do dano e sua abrangência.</p>						
<p>21. Decadência e prescrição nas relações administrativas. As hipóteses de decadência de direitos da Administração Pública. As hipóteses de prescrição das pretensões da Administração Pública. As competências dos tribunais de contas e a extinção de poderes pelo decurso do tempo. A extinção de direitos e pretensões dos particulares pelo decurso do tempo.</p>						

Edital Verticalizado

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
<p>1. Sociologia do Direito. Noções gerais. Introdução à sociologia da administração judiciária. Aspectos gerenciais da atividade. Relações sociais e relações jurídicas. Controle Social e o Direito. Transformações sociais e Direito. Direito, Comunicação Social e opinião pública. Conflitos sociais e mecanismos de resolução. Sistemas não-judiciais de composição de litígios.</p>						
<p>2. Psicologia Judiciária. Noções gerais. Psicologia e Comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia. Gestão de Pessoas. Assédio moral e assédio sexual. Teoria do conflito e os mecanismos autocompositivos. Técnicas de negociação e mediação. Procedimentos, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução conciliada dos conflitos. O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial. O comportamento de partes e testemunhas.</p>						
<p>3. Ética e estatuto jurídico da magistratura nacional. Regime jurídico da magistratura nacional: carreiras, ingresso, promoções, remoções. Direitos e deveres funcionais da magistratura. Código de Ética da Magistratura Nacional. Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: Corregedorias, Ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça. Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados. Princípios de Bangalore sobre Código Ibero-americano de Ética judicial. Administração Judicial. Planejamento estratégico. Modernização da gestão.</p>						

Edital Verticalizado

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
4. Filosofia do Direito. Noções gerais. O conceito de Justiça. Sentido lato de Justiça, como valor universal. Sentido estrito de Justiça, como valor jurídico-político. Divergências sobre o conteúdo do conceito. O conceito de Direito. Equidade. Direito e Moral. A interpretação do Direito. A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico dedutivo. O método de interpretação pela lógica do razoável.						
5. Teoria Geral do Direito. Noções gerais. Norma jurídica (conceito, natureza, espécies). Direito objetivo e direito subjetivo. Fontes do Direito. Princípios e regras jurídicas. Jurisprudência e Precedentes judiciais como fonte do Direito. Súmula Vinculante. Eficácia da lei no tempo. Conflito de normas jurídicas no tempo e o Direito Brasileiro: Direito Penal, Direito Civil, Direito Constitucional e Direito do Trabalho. Teoria Política: noções gerais. Relações entre a Política e o Direito. Gênero e Patriarcado. Gênero e Raça. Discriminação e Desigualdades de Gênero – questões centrais. Protocolo de julgamento com perspectiva de gênero.						
6. Relações entre direito estrangeiro e a ordem jurídica interna. A Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU). Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos da ONU, da OEA e da OIT. Controle Jurisdicional de Convencionalidade. Agenda 2030: os dos 17 Objetivos do desenvolvimento sustentável e aplicação para o Poder Judiciário.						

Edital Verticalizado

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
<p>7. Direito Digital. 4^a Revolução industrial. Tecnologia no contexto jurídico. Automação do processo. Inteligência Artificial e Direito. Audiências virtuais. Cortes remotas. Ciência de dados e Jurimetria. Resoluções do CNJ sobre inovações tecnológicas no Judiciário. Persecução Penal e novas tecnologias. Crimes virtuais e cibersegurança. Deepweb e Darkweb. Provas digitais. Criptomoedas e Lavagem de dinheiro. Noções gerais de contratos Inteligentes, Blockchain e Algoritmos. LGPD e proteção de dados pessoais.</p>						
<p>8. Cognição do juiz e tomada de decisão. Pragmatismo, consequentialismo, contextualismo, racionalismo e empirismo. Dialética. Utilitarismo: similaridades e distinções. Disposições da LINDB sobre o consequentialismo na tomada de decisão judicial. Introdução à análise econômica do direito. Conceitos fundamentais. Racionalidade econômica. Eficiência processual. Métodos adequados de resolução de conflitos e acesso à Justiça. Demandas frívolas e de valor esperado negativo. Precedentes, estabilidade da jurisprudência e segurança jurídica. Coisa Julgada. Economia comportamental. Heurística e vieses cognitivos. A percepção de Justiça. Processo cognitivo de tomada de decisão. Governança corporativa e Compliance no Brasil. Mecanismos de Combate às organizações criminosas e Lavagem de Dinheiro. Whistleblower.</p>						

Edital Verticalizado

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
<p>9. Direito da antidiscriminação. Legislação antidiscriminação nacional e internacional. Modalidades de discriminação. Conceitos fundamentais do racismo, sexismo, intolerância religiosa, LGBTQIA+fobia (Resoluções CNJ). Discriminação e desigualdades de gênero: questões centrais. Gênero e patriarcado. Gênero e raça. Protocolo de julgamento com perspectiva de gênero. Ações Afirmativas. Direitos dos povos originários e das comunidades tradicionais. Normas internacionais de proteção da criança e do adolescente. Normas internacionais de proteção à mulher, aos idosos, e às pessoas com deficiência.</p>						

Charles Dietrich Wutzke,
dietrich.representacoes@gmail.com, 2025-01-29
11:11:00, SG Jurídico, https://sgjuridico.com.br

Edital Verticalizado
DIREITOS HUMANOS

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
1. Teoria Geral dos Direitos Humanos. Direitos Humanos nas empresas.						
2. Sistema global de proteção dos direitos humanos..						
3. Sistema regional interamericano de proteção dos direitos humanos.						
4. Controle de convencionalidade.						
5. A relação entre o direito internacional dos direitos humanos e o direito brasileiro.						
6. Os direitos humanos na Constituição Federal de 1988.						
7. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em matéria de direitos humanos.						
8. Os princípios que regem as relações internacionais do Brasil. Os direitos consagrados nos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil for parte. O procedimento de incorporação dos tratados de direitos humanos na perspectiva da Constituição. Hierarquia dos tratados de direitos fundamentais na ordem jurídica interna brasileira. Controle judicial de convencionalidade (interno e externo).						
9. Direitos dos Povos Originários. Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas. Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais. Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Resoluções do Conselho Nacional de Justiça sobre direitos e garantias dos povos originários.						

Charles Dietrich Wutzke,
2025-01-29

Edital Verticalizado
DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
<p>1. Normas fundamentais do processo civil (constitucionais e infraconstitucionais). Constitucionalização do Direito Processual. Acesso à justiça. Fontes da norma processual (atos legislativos, costume, precedentes, resoluções, negócios jurídicos processuais). Norma processual no tempo e no espaço.</p>						
<p>2. Jurisdição. Conceito. Natureza. Características. Espécies. Distinção em relação às demais funções do Estado. Jurisdição contenciosa e voluntária. Jurisdição estatal e arbitral. Poderes e funções jurisdicionais do juiz e do árbitro. Imparcialidade, impedimento e suspeição.</p>						
<p>3. Competência. Critérios de determinação. Identificação de foro competente. Perpetuatio jurisdictionis. Conflitos de competência positivos, negativos e sobre a reunião ou separação de processos. Transferência e modificação de competências (conexão, continência, prevenção). Reunião de processos independentemente de conexão. Coordenação de competências. Cooperação judiciária nacional: conceito, instrumentos e procedimentos. Cooperação interinstitucional. Cooperação do Poder Judiciário com os árbitros. Cooperação jurídica internacional.</p>						
<p>4. Ação e tutela jurisdicional dos direitos. Legitimidade e interesse processual. Pressupostos processuais e seu controle pelo juiz. Boa-fé e cooperação processuais. Abuso do direito de litigar. Litigância de má-fé.</p>						

Charles Dietrich Wutzke,
dietrich.representacoes@gmail.com, 2025-01-29
11:11:00, SG Jurídico, https://sgjuridico.com.br

Edital Verticalizado
DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
5. Participação dos sujeitos do processo. O juiz, sua atuação e poderes, impedimento e suspeição. Partes e terceiros no processo civil. Mecanismos de proteção aos litigantes vulneráveis. Litisconsórcio: conceito, espécies e regime. Litisconsórcio necessário e unitário. Modalidades de intervenção de terceiros típicas e atípicas. Assistência simples e litisconsorcial, denúncia à lide, chamamento ao processo. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Amicus curiae. Ministério Público, sua atuação como parte e fiscal da ordem jurídica. Defensoria Pública. Advocacia pública e privada. Deveres das partes, seus procuradores e demais participes do processo; substituição e sucessão de partes e procuradores. Representação técnica.						
6. Atos processuais: forma, tempo e lugar. Prazos. Comunicação dos atos processuais. Invalidades processuais. Aproveitamento dos atos processuais defeituosos. Convenção das partes em matéria processual (típicas e atípicas). Limites do controle judicial à negociação sobre o processo. Tecnologia e sistema de justiça. Processo eletrônico. Juízo 100% digital. Audiências remotas e híbridas. Resoluções do CNJ sobre o emprego da tecnologia no Judiciário.						

Charles Dietrich Wutzke,
dietrich.representacoes@gmail.com, 2025-01-29
11:11:00, SG Jurídico, https://sgjuridico.com.br

Edital Verticalizado
DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
<p>7. Petição inicial. Requisitos e controle de admissibilidade. Pedido. Pedido (alteração, aditamento e cumulação); pedidos alternativo, sucessivo e subsidiário. Interpretação dos atos postulatórios. Audiência de conciliação ou mediação. Resposta do réu (contestação, reconvenção, exceções). Providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo. Saneamento e organização do processo. Eficiência processual. Gestão do procedimento pelo juiz.</p>						
<p>8. Fase instrutória: conceito e características. Provas: objeto, fonte e meios. Provas atípicas e convencionadas. Normas fundamentais do Direito probatório. Proibição de prova ilícita. Ônus da prova. Estândares probatórios. Provas em espécie e sua produção. Produção antecipada de prova. Audiência de instrução e julgamento.</p>						
<p>9. Atos não decisórios do juiz. Despachos. Fase decisória. Decisões judiciais: características e espécies. Sentença, natureza e conceito, classificação, requisitos, funções, vícios, efeitos. Atipicidade das formas de tutela jurisdicional. Fundamentação adequada das decisões. Interpretação das decisões judiciais.</p>						
<p>10. Tutela provisória: conceito, função, espécies. Tutela cautelar e satisfativa (antecipada). Tutela de urgência e tutela de evidência: requisitos. Tutela provisória antecedente e incidente.</p>						

Charles Dietrich Wutzke,
dietrich.representacoes@gmail.com, 2025-01-29
11:11:00, SG Jurídico, https://sgjuridico.com.br

Edital Verticalizado
DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
<p>11. Coisa julgada: natureza, conceito, classificação, limites objetivos e subjetivos. Coisa julgada formal e material. Limites subjetivos, objetivos e temporais. Coisa julgada e resolução de questão prejudicial incidental. Eficácia preclusiva da coisa julgada. Preclusão: conceito e espécies. Estabilização da tutela provisória antecedente.</p>						
<p>12. Precedentes judiciais: conceito e efeitos para o juízo. Técnicas e métodos na formação e superação de precedentes. Regras de transição. Jurisprudência e súmulas.</p>						
<p>13. Recursos. Natureza, conceito, inserção entre os mecanismos de impugnação das decisões judiciais, classificação. Pressupostos de admissibilidade. Mérito recursal. Efeitos da interposição e do julgamento dos recursos. Remessa necessária. Sucedâneos recursos; remessa obrigatória.</p>						
<p>14. Recursos em espécie (apelação, agravo de instrumento, embargos de declaração, agravo interno, recurso ordinário constitucional, recurso extraordinário, recurso especial). Prazos e procedimentos recursais, pressupostos específicos, modos de interposição, peculiaridades específicas. Ordem dos processos nos tribunais. Julgamento estendido em caso de divergência.</p>						

Charles Dietrich Wutzke,
dietrich.representacoes@gmail.com, 2025-01-29
11:11:00, SG Jurídico, https://sgjuridico.com.br

Edital Verticalizado

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
<p>15. Ações autônomas de impugnação. Ação rescisória. Reclamação. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Julgamento de recursos repetitivos nos tribunais superiores. Incidente de assunção de competência. Incidente de arguição de constitucionalidade em tribunal.</p>						
<p>16. Cumprimento de sentença. Pressupostos. Título executivo: espécies e requisitos. Liquidação de sentença. Cumprimento de sentença para pagamento de quantia certa. Cumprimento de sentença na obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa. Cumprimento de sentença na obrigação de alimentos.</p>						
<p>17. Execução de títulos extrajudiciais. Execução por quantia certa contra devedor solvente. Execução de obrigação de fazer, não-fazer e entrega de coisa. Execução fiscal. Execução contra a Fazenda Pública.</p>						
<p>18. Débito e responsabilidade patrimonial. Fraude à execução. Aspectos procedimentais. Suspensão e extinção do cumprimento de sentença e da execução. Concurso de credores. Defesa do executado. Impugnação ao cumprimento de sentença. Ações autônomas de impugnação à execução.</p>						
<p>19. Procedimentos especiais e sua relação com o procedimento comum. O trânsito de técnicas processuais entre procedimentos. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária: noções gerais. Tipos codificados e não-codificados.</p>						

Charles Dietrich Wutzke,
dietrich.representacoes@gmail.com, 2025-01-29
11:11:00, SG Jurídico, https://sgjuridico.com.br

Edital Verticalizado

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
<p>20. O Poder Público em juízo. Mandado de segurança. Ação Popular. Habeas data. Ação de improbidade administrativa. Suspensão de segurança.</p>						
<p>21. Juizados especiais cíveis e Juizados Especiais da Fazenda Pública. Juizados Especiais Federais. Caracterização como subsistema processual e seu relacionamento com o procedimento comum. Estrutura orgânica (juizados, turmas recursais, turmas de uniformização regionais, e turmas e sessões dos tribunais regionais federais). Princípios, características, espécies, competência. Procedimentos, recursos, pedido de uniformização, coisa julgada, cumprimento de sentença.</p>						
<p>22. Tutela dos interesses transindividuais. Ações coletivas para a proteção de direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Legitimidade e competência nas ações coletivas. Efeitos das sentenças coletivas e coisa julgada. Processos estruturais. Autocomposição na tutela dos interesses transindividuais: termo de ajustamento de conduta e outros tipos negociais. Cumprimento de sentença coletiva e execução em tutela coletiva. Fundos e outras infraestruturas para efetivação de decisões e acordos.</p>						
<p>23. Custos do processo. Custas processuais: taxas judiciais. Despesas processuais. Honorários de advogado. Assistência judiciária.</p>						

Charles Dietrich Wutzke,
dietrich.representacoes@gmail.com, 2025-01-29
11:11:00, SG Jurídico, https://sgjuridico.com.br

Edital Verticalizado

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
<p>24. Meios adequados e integrados de solução de conflitos: o sistema de justiça multiportas. Consensualidade e autocomposição. Conciliação, mediação e outros meios de resolução (judicial e extrajudicial) de disputas.</p>						
<p>25. Arbitragem e Poder Judiciário. Compromisso arbitral e cláusula compromissória. Tutelas de urgência antes, durante e depois do processo arbitral. Impugnação judicial da sentença arbitral. Ação para obtenção do compromisso arbitral. Impedimento e substituição do árbitro. Devido processo arbitral. Cooperação do Poder Judiciário com a arbitragem.</p>						

Charles Dietrich Wutzke,
dietrich.representacoes@gmail.com, 2025-01-29

11:11:00, SG Jurídico, https://sgjuridico.com.br

Edital Verticalizado

DIREITO CIVIL

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
<p>1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Vigência, aplicação, interpretação e integração das leis. Constitucionalização do Direito Civil. Conceito. Efeitos. Personalização. Direitos fundamentais e relações privadas. Conflito das leis no tempo. Eficácia da lei no espaço.</p>						
<p>2. Pessoas naturais. Direitos da personalidade. Incapacidade. Legitimidade. Morte presumida. Ausência. Tutela. Curatela. Tomada de decisão apoiada. Estatuto da pessoa com deficiência. Domicílio.</p>						
<p>3. Pessoas jurídicas. Personalidade jurídica da pessoa jurídica. Desconsideração. Classificação. Início e fim da personalidade jurídica da pessoa jurídica. Administração. Classificação: pessoas jurídicas de direito público e privado. Sociedades, associações e fundações. Partidos políticos (aspectos civis). Entidades sem personificação jurídica e novos sujeitos de direito. Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.</p>						
<p>4. Bens. Classificação. Regime jurídico. Bem de família. Patrimônio. Patrimônio de afetação.</p>						
<p>5. Fatos jurídicos. Atos jurídicos. Negócios jurídicos. Existência, eficácia e validade. Condição, termo e encargo. Representação. Defeitos do negócio jurídico. Erro ou ignorância, dolo, coação, estado de perigo, lesão, fraude contra credores. Invalidade do negócio jurídico. Nulidade. Simulação. Distinções entre nulidade e anulabilidade. Conversão do negócio jurídico. Ato lícito e ilícito. Abuso do direito. Teoria da aparéncia. Prescrição e decadência. Prova.</p>						

Charles Dietrich Wutzke,
dietrich.representacoes@gmail.com, 2025-01-29

11:11:00, SG Jurídico, https://sgjuridico.com.br

Edital Verticalizado

DIREITO CIVIL

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
<p>6. Obrigações. Modalidade das obrigações. Obrigação natural. Obrigação propter rem. Obrigações alternativas. Obrigações divisíveis e indivisíveis. Obrigações solidárias. Transmissão das obrigações: cessão de crédito e assunção de dívida. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações. Mora, perdas e danos, juros legais, cláusula penal, arras ou sinal. Preferências e privilégios creditórios.</p>						
<p>7. Contratos em geral: teoria geral dos contratos. Formação e interpretação. Elementos constitutivos. Pressupostos de validade. Princípios. Função social do contrato. Boa fé subjetiva e objetiva. Revisão e suas modalidades. Extinção.</p>						
<p>8. Contratos em espécie. Compra e venda. Troca ou permuta. Contrato Estimatório. Doação. Locação de coisas. Locação de imóveis. Empréstimo: comodato e mútuo. Prestação de serviço. Empreitada. Depósito. Mandato. Comissão. Agência e distribuição. Corretagem. Transporte. Seguro. Constituição de renda. Jogo e aposta. Fiança. Transação. Compromisso.</p>						
<p>9. Atos unilaterais. Promessa de recompensa. Gestão de negócios. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa.</p>						

Charles Dietrich Wutzke,
dietrich.representacoes@gmail.com, 2025-01-29

11:11:00, SG Jurídico, https://sgjuridico.com.br

Edital Verticalizado

DIREITO CIVIL

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
<p>10. Responsabilidade civil. Elementos. Responsabilidade por fato de outrem. Responsabilidade por fato da coisa. Teorias subjetiva e objetiva da responsabilidade civil. Responsabilidade civil nas Relações de Trabalho e Emprego. Dano moral e material. Dano coletivo. Dano estético. Dano à imagem. Indenização. Perda de uma chance. Nexo causal e suas teorias. Liquidação do dano. Responsabilidade pré e pós contratual. Responsabilidade contratual e aquiliana. Excludentes da responsabilidade civil. Boa-fé subjetiva e objetiva.</p>						
<p>11. Posse e Detenção. Definição. Natureza jurídica. Classificação de posse. Aquisição da posse. Efeitos da posse. Composse. Proteção possessoria. Perda da posse.</p>						
<p>12. Propriedade. Definição. Elementos. Classificação. Extensão da propriedade. Restrições à propriedade. Aquisição ou constituição da propriedade. Propriedade imóvel. Propriedade móvel. Propriedade resolúvel e fiduciária. Perda da propriedade móvel e imóvel. Usucapião. Função social da propriedade. Propriedade urbana e rural. Estatuto da Terra e Estatuto das Cidades. Política agrícola e reforma agrária. Direito de vizinhança. Enfiteuse e ocupação em terrenos de marinha. Registros de imóveis: noções gerais, registros, presunção de fé pública e imóveis da União. Prioridade, especialidade, legalidade, continuidade. Procedimento de dúvida. Direito de laje.</p>						

Edital Verticalizado

DIREITO CIVIL

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
13. Condomínio. Condomínio em geral. Condomínio edilício. Condomínio de lotes e condomínio urbano simples. Condomínio em multipropriedade. Parcelamento do solo urbano. Loteamentos de acesso restrito. Incorporação imobiliária.						
14. Propriedade resolúvel. Propriedade fiduciária. Alienação fiduciária em garantia no Código Civil e na legislação extravagante. Propriedade fiduciária de imóveis. Cessão fiduciária de crédito. Patrimônio de afetação. Securitização.						
15. Direitos reais sobre coisas próprias e alheias. Direitos reais de garantia. Direitos reais de aquisição. Disposições gerais.						
16. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto da Juventude. Estatuto do idoso.						
17. Direitos das pessoas com deficiência: inclusão, direitos e garantias legais e constitucionais das pessoas com deficiência. Normas gerais e critérios básicos para prioridade de atendimento e promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.						
18. Marco Civil da Internet. Lei Geral de Proteção de Dados e proteção de dados pessoais.						

Edital Verticalizado

DIREITO CIVIL

Charles Dietrich Wutzke,
dietrich.representacoes@gmail.com, 2025-01-29
11:11:00, SG Jurídico, <https://sgjuridico.com.br>

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
<p>19. Aspectos gerais do direito de família e das sucessões. Casamento. União estável. Repercussões previdenciárias. Relações de parentesco. Regime de bens entre os cônjuges e os companheiros. Bem de família. Tutela. Curatela. Sucessão em geral: sucessão legítima e testamentária.</p>						
<p>20. Direito do consumidor. Consumidor. Fornecedor. Direitos básicos do consumidor. Qualidade de produtos e serviços. Prevenção e reparação dos danos. Defesa do consumidor em juízo.</p>						
<p>21. Marco legal das garantias (Lei n. 14.711/23).</p>						

Charles Dietrich Wutzke,
dietrich.representacoes@gmail.com, 2025-01-29
11:11:00, SG Jurídico, <https://sgjuridico.com.br>

Edital Verticalizado
DIREITO EMPRESARIAL

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
<p>1. Direito Comercial: origem. Evolução histórica. Autonomia. Fontes. Características. Empresário: caracterização. Inscrição. Capacidade. Teoria da empresa e seus perfis. Função social da empresa. Responsabilidade Ambiental, Social e de Governança na perspectiva do ESG (Environmental, Social and Governance). Empresário rural.</p>						
<p>2. Teoria geral dos títulos de créditos. Princípios gerais dos títulos de crédito: cartularidade, literalidade, autonomia e abstração. Títulos de créditos. Aceite, aval, endosso, protesto, prescrição. Ações cambiais. Títulos eletrônicos ou virtuais.</p>						
<p>3. Teoria geral do direito societário: conceito de sociedade. Personalização da sociedade. Ato constitutivo das sociedades. Classificação das sociedades. Sociedades não personificadas. Sociedades personificadas: sociedade simples, sociedade em nome coletivo, sociedade em comandita simples, sociedade em comandita por ações, sociedade cooperada, sociedades coligadas, subsidiária integral, grupo societário e consórcio. Microempreendedor individual, microempresa e empresa de pequeno porte (Lei Complementar n. 123/2006 e suas alterações). A responsabilidade dos sócios. A distribuição de lucros. O sócio oculto. Segredo comercial.</p>						

Charles Dietrich Wutzke,
dietrich.representacoes@gmail.com, 2025-01-29
11:11:00, SG Jurídico, https://sgjuridico.com.br

Edital Verticalizado
DIREITO EMPRESARIAL

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
<p>4. Sociedade Limitada e Sociedade Anônima. Sociedade limitada: cotas, administração, conselho fiscal, deliberação dos sócios, aumento e redução de capital, resolução da sociedade em relação a sócios minoritários e dissolução. Sociedade anônima: características, órgãos e regulação pela Lei n. 6.404/1976 (Lei das S/A).</p>						
<p>5. Sociedades dependentes de autorização. Liquidação. Transformação. Incorporação. Fusão. Cisão. Sociedades dependentes de autorização. Desconsideração da personalidade jurídica.</p>						
<p>6. Estabelecimento Empresarial. Institutos Complementares do Direito Empresarial. Registro. Nome. Prepostos. Escrituração. Bens corpóreos e incorpóreos. Ponto comercial, fundo de comércio e trespasso.</p>						
<p>7. Contratos empresariais. Intervenção mínima. Compra e venda mercantil. Comissão. Representação Comercial. Concessão comercial. Grupo Econômico. Sucessão Empresarial. Franquia (franchising). Distribuição. Alienação fiduciária em garantia. Faturização (factoring). Arrendamento mercantil (leasing). Cartão de crédito.</p>						
<p>8. Contratos bancários. Depósito bancário. Conta corrente. Aplicação financeira. Mútuo bancário. Desconto. Abertura de crédito. Crédito documentário.</p>						

Charles Dietrich Wutzke,
dietrich.representacoes@gmail.com, 2025-01-29
11:11:00, SG Jurídico, <https://sgjuridico.com.br>

Edital Verticalizado
DIREITO EMPRESARIAL

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
9. Sistema Financeiro Nacional: Constituição. Competência de suas entidades integrantes. Instituições financeiras públicas e privadas. Liquidação extrajudicial de instituições financeiras. Sistema Financeiro da Habitação.						
10. Noções gerais de recuperação judicial, recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Princípio da par conditio creditorum no sistema de recuperação e falência. Unidade, universalidade e indivisibilidade do juízo concursal. Procedimento préfalimentar. Convocação da recuperação judicial em falência. Pressupostos, órgãos, caracterização e administração da falência. Efeitos da decretação de falência. Realização do ativo. Classificação e pagamentos dos credores. Encerramento da falência e extinção das obrigações do falido.						
11. Noções gerais de propriedade intelectual e propriedade Industrial. Regime Jurídico. Invenção. Desenho Industrial. Modelo de Utilidade. Marca. Patente. Direito Autoral.						
12. A Relação de Consumo no Direito do Espaço Virtual. O Código de Defesa do Consumidor e práticas comerciais. Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos. Comércio Eletrônico. Contratos de adesão e aplicação do Código de Defesa do Consumidor. LGPD em relações empresariais.						
13. Mudanças trazidas pela Lei n. 14.195/2021. Criação do sistema integrado de recuperação de ativos. Consolidação da Sociedade Limitada Unipessoal e extinção da EIRELLI.						

Edital Verticalizado

DIREITO PENAL

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
1. Introdução ao Direito Penal. Conceito, características, finalidade e princípios gerais do Direito penal . (Des)criminalização e (des)penalização. Direito penal e política criminal. Direito penal e criminologia. Direito penal e outros ramos do Direito.						
2. A Constituição Penal. Princípios de Direito penal constitucional. Princípios constitucionais influentes em matéria penal. Normas penais constitucionalizadas. Mandamentos de penalização.						
3. A Norma Penal. Características, fontes, interpretação, vigência e aplicação. Lei penal no tempo e no espaço; do tempo e do lugar do crime . Limites da aplicação da lei penal em relação às pessoas.						
4. Teoria Geral do Crime. Conceito, objeto, sujeitos, conduta. Crimes de dano e de perigo. Crimes materiais, formais e de mera conduta.						
5. Tipicidade Objetiva. Ação, resultado e relação de causalidade. Teoria da imputação objetiva. Da relevância penal da omissão.						
6. Tipicidade subjetiva. Crime doloso e crime culposo. Erro sobre elementos do tipo. Crime agravado pelo resultado e crime preterdoloso.						
7. Iter Criminis. Consumação e tentativa. Crime impossível. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior.						

Edital Verticalizado

DIREITO PENAL

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
8. Antijuridicidade. Legítima defesa e do excesso. Estado de necessidade. Estrito cumprimento do dever legal. Exercício regular de direito.						
9. Culpabilidade. Fundamentos; conceito; elementos e conteúdo. Culpabilidade e pena. Causas de exclusão da culpabilidade. Erro de proibição. Descriminantes putativas.						
10. Imputabilidade penal. Inimputáveis e semi-imputáveis. Menoridade penal. Emoção e paixão. Embriaguez.						
11. Concurso de agentes. Autoria e da participação. Teoria do domínio do fato.						
12. Das penas. Teoria da pena. Cominação e aplicação das penas e dos substitutivos penais. Concurso de crimes e crime continuado. Concurso aparente de normas. Erro na execução e Resultado diverso do pretendido.						
13. Dos efeitos da condenação. Do confisco alargado de bens.						
14. Da reabilitação.						
15. Das medidas de segurança.						
16. Da ação penal. Tipos de ação penal. Titularidade e legitimidade. Arquivamento do inquérito.						
17. Da extinção da punibilidade.						

Charles Dietrich Wutzke,
dietrich.representacoes@gmail.com, 2025-01-29
11:11:00, SG Jurídico, https://sgjurídico.com.br

Edital Verticalizado

DIREITO PENAL

TEMAS	ESTUDO LEI SECA	ESTUDO JURIS/SUM	ESTUDO DOCTRINA	REVISÃO	SIMULADOS	% ACERTOS
18. Direito penal econômico. Bem jurídico supraindividual. Responsabilidade penal das pessoas jurídicas.						
19. A aplicação da Lei Penal Militar. Código Penal Militar (art. 9º).						
20. Tratados e convenções em matéria criminal. A Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas. A Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. A Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.						
21. Dos crimes em espécie. Dos crimes previstos na parte especial do Código Penal: dos crimes contra a pessoa; dos crimes contra o patrimônio; dos crimes contra a organização do trabalho; dos crimes contra a dignidade sexual; dos crimes contra a fé pública; dos crimes contra a administração pública e administração da justiça. Crimes previstos nas Leis ns. 7.716/89, 12.288/2010 e 13.869/ 2019.						